

Pensar os caminhos da fotografia em arquivos públicos: como são constituídos os acervos?

Thinking the path of photography in public archives:
how are these holdings formed?

Bruno de Andréa ROMA *

Resumo: no sentido de compreender o “não lugar” que é característico do documento fotográfico em arquivos públicos, apontamos a necessidade de uma discussão sobre a formação desses acervos. Se, por um lado identificamos ausências, também constatamos presenças. Em termos concretos, propomos que essa relação seja analisada no âmbito da constituição do acervo fotográfico do Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Palavras-chave: Arquivo Público do Estado de São Paulo; arquivos públicos; constituição de acervo fotográfico; cultura visual; documento fotográfico.

Abstract: to comprehend the characteristic "non-place" occupied by photographs, as archival documents, within public archives, we indicate the need to examine the very formation of such holdings. While, on one hand, we see absences, on the other, we do find presences. In practical terms, we propose that this relationship should be analyzed in the scope of the constitution of the photographic holding of the São Paulo State Archive's Iconographic and Cartographic Collection Center.

Keywords: photographic document; photographic holding constitution; public archives; São Paulo State Archive; visual culture.

O uso da fotografia como fonte documental não pode prescindir do entendimento da organicidade de seu conjunto. O todo, constituído artificialmente ou por acúmulo, é sempre mais do que simplesmente a soma das várias unidades.
(Vania Carvalho e Solange Lima)

Constantemente a fotografia não é compreendida na sua plenitude documental, o que é notável não apenas pela maneira como individualmente se trata cada documento — geralmente reduzido ao conteúdo da imagem — mas também pelo papel que essa espécie documental ocupa dentro de instituições de acervo — interesse principal desta reflexão — os arquivos. Deslocadas, fora de contexto ou expostas à juízos de valor, não raro nos confrontamos com o “não lugar” da fotografia nesse ambiente.

* Doutorando em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP-Brasil). Historiador com experiência em organização de arquivos, foi pesquisador do projeto "Memória USP no Arquivo Público do Estado de São Paulo" Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4759817667894609> ; e-mail: bruno.andrearoma@gmail.com

No caso da produção e acumulação pública de fotografias, todos os dias o Estado, nas diversas ramificações da função pública, produz milhares desses registros. Essa relação tem se potencializado numérica e qualitativamente com o passar dos anos: de instrumento auxiliar de registro — papel que passou a ocupar poucos anos depois da estabilização da técnica fotográfica — hoje encontramos a fotografia inserida em uma multiplicidade de funções e, em algumas delas, de importância estratégica. Expedientes de assessoria de imprensa, denúncia, segurança pública, identificação, cerimoniais etc. são exemplos disso.

Rapidamente introduzida na burocracia do Estado, a fotografia torna-se progressivamente elemento fundamental da lógica documental pública, fazendo parte histórica e, integralmente, da lógica documental do Estado.

No domínio das instituições, já existe referência à existência da utilização de registros fotográficos como evidência de suas atividades desde praticamente 1840, como os arquivos de fugitivos criminais nas polícias da Bélgica, Suíça e do estado americano da Califórnia. (Lacerda, 2008, p. 33)

Exemplos desse período são muito numerosos, desde as missões de registro do final da primeira metade do século XIX¹, passando pela introdução do aparato nos expedientes de identificação e segurança pública na segunda metade, até a inserção maciça do dispositivo durante o século XX, quando vão se multiplicando os exemplos que poderíamos acrescentar do uso do recurso documental fotográfico nas funções do Estado. Um pequeno levantamento dos acervos espalhados pelo Brasil poderia sinalizar a diversidade de áreas em que o uso da fotografia passa a ser notável, como, por exemplo: o acervo da Comissão Rondon no Museu do Índio; o acervo da Companhia de Energia e Saneamento de São Paulo; o fundo Escola Normal, integrante do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); o acervo sobre a construção do reservatório da Cantareira, integrante do Museu Paulista; o acervo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no Arquivo Nacional; além de diversos acervos universitários, tais como o do Museu da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; etc.

Nesse sentido, não podemos tomar a fotografia, ao contrário do que se pode crer, como uma espécie documental recente no cotidiano das atividades burocráticas do Estado. No caso brasileiro, identificamos inclusive certo pioneirismo na assimilação dessa tecnologia, como se observa com a segurança pública, por exemplo, que desde o final do século XIX faz uso consolidado de material fotográfico:

Os arabescos desenhados molduram as páginas dos dois álbuns montados no Brasil a partir de 1870, antecedendo às discussões de Bertillon e Galton, ressalta-se. O serviço de identificação policial na França foi criado dois anos depois, mostrando como na prática do

¹ No livro "Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX" Boris Kossoy (1980) apresenta um panorama revelador da dimensão das expedições fotográficas documentais no país.

recenseamento citado por Fabris o Brasil destaca-se por seu pioneirismo. (Beltramim, 2013, p. 178)

Se, por um lado, identificamos a multiplicação e consolidação do uso da fotografia pelo Estado, não podemos dizer o mesmo sobre sua assimilação como documento compreendido em regime de arquivo, ou seja: inserido na lógica que se espera para documentos dessa natureza. Uma enormidade de conjuntos fotográficos foi e é até hoje desmembrada, dissociada e transferida para lugares estranhos à sua origem, estranhos à lógica que os produziu e que determinaria seu destino de permanência. Mesmo dentro dos próprios arquivos, esses conjuntos são apartados física e simbolicamente, mais do que por uma medida de conservação², porém por uma incompreensão do seu lugar.

Seja pelo abandono, ou ainda pela excessiva valoração, o fato é que, não raro os conjuntos fotográficos ou encontram sua permanência, distantes dos arquivos e dos demais documentos produzidos consigo, ou desaparecem, dispersos em uma trajetória que não possui protocolos propriamente estabelecidos.

O Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico (CAIC) do APESP, por exemplo, um dos maiores e mais eficientes do país, nunca efetivou um único recolhimento de documentação pública cumprindo prazos legais nos seus quase 20 anos de existência³. Caberia questionar, nesse sentido, como a instituição formou um acervo de aproximadamente 2,5 milhões de fotografias em tais condições⁴. Doações, aquisições e transferências marcam a chegada de todos esses documentos ao APESP; são medidas que, como sabemos, exigem vontade política e certa seletividade. O perigo deste cenário é o espaço que pode ser aberto para eventuais juízos de valor, que não existiriam fosse a documentação objeto de protocolos estabelecidos. Vale considerar que a documentação relacionada, que seria objeto desses protocolos não está lá. No caso do CAIC, a política de aquisição delineou uma vocação para o fotojornalismo privado, que compõe mais de 80% do acervo, o que produz implicações na própria concepção de documento fotográfico da instituição.

É importante ressaltar que não se trata aqui, de simplesmente questionar a presença de acervos estranhos ao Estado nos arquivos públicos, porém apontar para as ausências que podem ser observadas a partir deles e, mais do que isso, reivindicar

² Ver Lacerda (2008, pp. 80-81).

³ Embora o Núcleo Iconográfico possua em seu acervo documentação fotográfica produzida pelo Estado, como é o caso do Fundo Escola Normal e do Fundo Secretaria de Governo, nenhum desses conjuntos chegou à instituição através do cumprimento de tabelas, passando períodos em depósitos intermediários, como acontece com os demais documentos. Foram transferidos através de doações diretas de seus produtores, à revelia dos planos de classificação do Estado de São Paulo e sob critérios não estabelecidos de forma protocolar.

⁴ Fazem parte do acervo da instituição, entre outros, o fundo do jornal Última Hora, do Rio de Janeiro — composto por 166 mil fotografias, 600 mil negativos, 2.223 ilustrações e uma coleção de edições do jornal em papel e microfilme, produzida entre os anos de 1951 e 1970 — e o fundo Diários Associados — composto por aproximadamente 1.500.000 itens documentais.

uma reflexão sobre seus processos de obtenção. As opções e circunstâncias que envolvem a construção de um acervo são capazes de demonstrar mais do que a formulação de uma política, porém o próprio entendimento institucional sobre uma dada espécie documental. Para entendermos o porquê do não recolhimento das fotografias que o Estado produz, é necessário compreender os motivos da aquisição do material que lá está e por que é preservado; o que revelará um determinado conceito de documento fotográfico.

Concluímos que em casos como o do APESP, não podemos afirmar que a fotografia adquirida ocupa o lugar que deveria ser da fotografia produzida organicamente pelo Estado. A reflexão aponta para uma necessária análise sobre a formação dos acervos fotográficos em instituições desse tipo, especialmente quando contam com departamentos especializados em fotografia, uma vez que existem condições técnicas e de infraestrutura para receber a documentação estatal. Nos cabe questionar, entretanto, se a fotografia produzida pelo Estado cabe no entendimento que o próprio APESP faz de documento fotográfico.

Referências:

- Beltramim, F. (2013). *Sujeitos iluminados: a reconstrução das experiências vividas no estúdio de Cristiano Jr.* São Paulo: Alameda.
- Carvalho, V., & Lima, S. (2000). Fotografias como objeto de coleção e de conhecimento: por uma relação solidária entre pesquisa e sistema documental. Rio de Janeiro: *Anais do Museu Histórico Nacional* 32, 15-34.
- Kossoy, B. (1980). *Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX.* Rio de Janeiro: Funarte.
- Lacerda, A. (2008). *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos na Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil* (tese de doutoramento). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/pt-br.php>

Recebido: 27/abril/2017; aceito: 18/julho/2017